

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: A LUTA DA COMUNIDADE DO PARAÍSO POR UMA ESCOLA VIVA E POPULAR

*Cezar Luiz De Mari
Sandra Cristina Gomes*

Introdução

Este capítulo é fruto de um estudo de caso sobre a luta da Comunidade do Paraíso, situada no município de Viçosa/MG, pela permanência e valorização da Escola Municipal Almiro Paraíso. A experiência descrita representa um exemplo de resistência popular frente às tentativas de desmonte de políticas públicas voltadas para a educação do campo. O conteúdo do capítulo visa, portanto, oferecer subsídios teóricos, metodológicos e políticos para educadores, pesquisadores e gestores que atuam com educação rural e movimentos sociais. Para isso, é fundamental compreender o contexto histórico da educação do campo no Brasil, marcada por processos de invisibilidade, exclusão e luta pela garantia do direito à educação básica em territórios rurais. O foco central da experiência é a defesa da escola do campo como espaço de identidade, cultura e direito diante do avanço de uma lógica hegemônica de fechamento e desvalorização. A ideia de "território de resistência" enfatiza a dimensão política e cultural da escola enquanto núcleo de articulação social. Já a "escola viva e popular" resgata a potência da mobilização coletiva e da educação como prática libertadora, conforme discutido por autores como Freire, Caldart, Arroyo e Gramsci. Este texto apresenta não só os fatos cronológicos entre os anos 2013 e 2022, mas também interpreta a escola como um espaço simbólico de poder, pertencimento e cidadania. Assim, analisa como o poder público atua mediante políticas de

desinvestimento e fechamento, e como a comunidade local cria estratégias de resistência, mobilização e reivindicação do direito.

Durante muito tempo, o campo foi valorizado como fonte de sustento para famílias tanto rurais quanto urbanas, sendo associado a diversos benefícios, como o bem-estar, o turismo, a sustentabilidade e a geração de empregos. No entanto, essa importância tem diminuído, especialmente no que diz respeito à atenção das políticas públicas. A ausência de apoio e reconhecimento às famílias do meio rural contribui diretamente para o êxodo rural, processo no qual essas famílias se deslocam para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Nesse contexto de migração rural, destaca-se a luta por uma educação voltada ao campo, impulsionada pelos movimentos sociais camponeses que continuam a defender os direitos das comunidades no que se refere à sua identidade, história e instituições escolares (Caldart, 2013). Em contrapartida, o poder público adota a política de nucleação, que consiste na transferência de estudantes das escolas situadas em áreas rurais para unidades localizadas em zonas urbanas (Santos; Garcia, 2020). Essa prática compromete a permanência dos alunos nas escolas do campo, além de resultar em perda de vínculos culturais e territoriais.

Um exemplo dessa situação ocorreu no município de Viçosa, em Minas Gerais, foco desta pesquisa, que analisou o processo de tentativa de encerramento das atividades da Escola Municipal Almiro Paraíso, situada na zona rural, entre os anos de 2013 e 2017. Durante esse período, representantes do poder público municipal argumentaram que seria mais vantajoso e econômico transportar os estudantes para instituições localizadas na cidade, ao invés de manter o funcionamento da escola rural com seus respectivos docentes. Como parte dessa política, foi estipulado um prazo de um ano para a escola ampliar seu número de matrículas, sob pena de fechamento caso a meta não fosse alcançada.

Com o objetivo de fortalecer os vínculos com a comunidade escolar, a Associação Comunitária Almiro Paraíso (AMAP), em

conjunto com a equipe gestora da Escola Municipal Almiro Paraíso, mobilizou-se na busca ativa por novos alunos para a instituição. Esse movimento coletivo representou a articulação de um grupo inicialmente minoritário que, ao enfatizar os pontos em comum e não somente as diferenças, buscou construir uma unidade na diversidade — condição essencial para o aprimoramento de uma democracia substancial e transformadora (Freire, 1992). Como resultado dessa mobilização, a Associação Comunitária viabilizou, em 2014, a construção de um parquinho para as crianças da escola e da comunidade. O espaço foi erguido com a colaboração de voluntários e por meio de recursos arrecadados pela própria Associação. Esse e outros esforços comunitários integram as ações de resistência analisadas nesta pesquisa, que contribuem para a manutenção do funcionamento da Escola Municipal Almiro Paraíso.

A referida escola passou a exercer um papel central na vida comunitária, tornando-se um espaço de integração social e promoção cultural. Atividades como capoeira, música e outras ações extracurriculares passaram a compor a rotina da instituição, funcionando também como polo de organização comunitária, mediante a atuação da associação de moradores. De acordo com os educadores atuantes, esses projetos, aliados ao esforço coletivo dos envolvidos, contribuíram para o aumento da procura por matrículas e possibilitaram uma melhor compreensão, por parte dos professores, da influência exercida pela escola sobre os alunos e suas famílias.

Apesar dos desafios enfrentados, a escola tem se destacado pelo forte engajamento da comunidade local, que permanece ativa na busca por soluções para as demandas institucionais, viabilizando melhorias estruturais e colaborando com a continuidade das atividades escolares (Santos, 2017).

Diante desse cenário, o objetivo geral deste estudo foi identificar e analisar as estratégias de resistência adotadas pelos moradores da Comunidade do Paraíso na defesa da permanência da Escola Municipal Almiro Paraíso. O referencial teórico inclui autores

como Silva (2002), Caldart (2013), Knof (2013), Freire (2008), Gramsci (2002) e Gonçalves (2008).

Com o intuito de alcançar os objetivos: investigar e descrever o histórico da Escola Almiro Paraíso e o seu significado no processo organizativo da comunidade; despertar e analisar a consciência política de direito à Educação da comunidade. Investigar o papel dos moradores da comunidade do Paraíso na defesa da permanência da instituição escolar no local. Nesta investigação, optou-se pela adoção da metodologia de estudo de caso. Os dados obtidos evidenciam que a experiência da comunidade do Paraíso oferece relevantes contribuições para a compreensão das dinâmicas de resistência protagonizadas por grupos historicamente subalternizados na defesa do direito à educação pública. A mobilização local revelou-se um processo de aprendizagem organizativa, por meio do qual a comunidade articulou-se e desenvolveu estratégias coletivas de enfrentamento.

O movimento de resistência, articulado com as lideranças comunitárias, demonstrou efetividade na promoção da participação ativa dos moradores no planejamento de ações, bem como na organização e no engajamento necessários à permanência da instituição escolar no território. A pesquisa também revelou que, especialmente nas comunidades tradicionais, a coletividade expressa no trabalho e na luta conjunta constitui um elemento central na construção de processos de resistência e emancipação social.

A presente pesquisa foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa. Conforme enfatiza Minayo (1994), esse tipo de investigação se dedica à análise de aspectos da realidade que não são passíveis de quantificação. Embora não desconsidere a relevância dos dados quantitativos, a pesquisa direcionou seu foco para dimensões que exigiram uma compreensão mais interpretativa. Baseados em Oliveira (2010), a pesquisa buscou explorar os significados e as características das informações obtidas, por meio de entrevistas e observações *in loco* sem a preocupação de medir numericamente comportamentos ou atributos. Também nos auxiliou na condução metodológica a obra de Oliveira (2003) nas descrições e análise das condições em que se

encontrava a comunidade escolar, permitindo-nos abordar os problemas e hipóteses, analisando as interações entre o movimento do poder público e movimento comunitário, interpretando processos sociais, compreendendo atitudes e comportamentos individuais, bem como contribuindo para a formação de opiniões sobre o valor e papel da escola naquela comunidade.

Aplicamos a metodologia de estudo de caso, que foi inspirada em André (2008), por privilegiar a análise aprofundada de uma situação específica, considerando sua complexidade e singularidade, além de buscar compreender suas dinâmicas no contexto das circunstâncias que a envolvem. Yin (2010) acrescenta que o estudo de caso apresenta múltiplas possibilidades de aplicação e abordagem, sendo particularmente apropriado para determinadas pesquisas. Conforme indicado pelo autor, o estudo foi inicialmente fundamentado em um referencial teórico consistente, o qual orientou a investigação dos fenômenos sociais relacionados ao objeto de análise. Ainda nesse sentido, ancorados em Neves (1996), a metodologia incluiu a coleta de dados a partir do contato direto e interativo dos pesquisadores com o ambiente investigado.

Este capítulo está organizado da seguinte maneira: introdução, onde são apresentados os objetivos e a metodologia; a fundamentação teórica, que aborda não só os fatos cronológicos entre os anos de 2013 a 2022, mas também permite mostrar a escola como um espaço simbólico de poder, pertencimento e cidadania. Analisando como o poder público atua mediante políticas de desinvestimento e fechamento, e como a comunidade local cria estratégias de resistência, mobilização e reivindicação de direitos, trazendo considerações relevantes de importantes teóricos, e as considerações finais. A primeira parte discute os principais conceitos, teorias e políticas relacionadas à educação do campo e à escola rural, além de apresentar um panorama histórico da educação do campo no Brasil e das políticas públicas voltadas para sua consolidação, incluindo uma reflexão sobre o fechamento de escolas no meio rural. A segunda parte descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa, que contou com entrevistas

realizadas com membros da associação de moradores, pais e representantes do poder público. O objetivo foi compreender como se deram os processos de mobilização e resistência da comunidade frente à ameaça de encerramento das atividades da instituição escolar.

Fundamentação teórica

A escola como espaço de disputa entre o poder instituído e o poder popular

A Escola Municipal Almiro Paraíso, localizada na zona rural de Viçosa-MG, foi fundada pelo Governo Estadual em janeiro de 1961 e passou à administração municipal em fevereiro de 1998, conforme a Resolução nº 8.801/98 da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Atende crianças de 2 a 11 anos em dois turnos: manhã (7h às 11h20) e tarde (13h às 16h20), abrangendo as comunidades do entorno, como Palmital, Vila Novo Paraíso, Córrego do Engenho, Rua Nova e Romão dos Reis.

A instituição segue o currículo determinado pelo Governo Federal e oferece Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental I. Segundo dados do Regimento Escolar e do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de 2020, conta com 108 alunos matriculados. Desde 2016, após reformas financiadas pelo Rotary Club de Viçosa – Cidade Universitária, a escola passou a contar com novas salas de aula, biblioteca, sala de professores, banheiros reformados, refeitório e quadra poliesportiva. Além do ensino regular, a escola oferece atendimento em tempo integral, especialmente para as crianças da creche e participantes do Programa Novo Mais Educação (PNME)¹.

¹ Foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2016 visando melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, principalmente no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar e atividades culturais, desportivas e de lazer. O programa foi implementado por meio da complementação da carga horária escolar e tinha como objetivo reduzir o abandono escolar e melhorar os indicadores de desempenho da educação. O encerramento do programa ocorreu em março de 2020.

No contraturno, são promovidas atividades pedagógicas de reforço em Língua Portuguesa e Matemática (oito horas semanais), assim como oficinas complementares de artesanato, pintura e leitura.

A luta protagonizada pelos moradores da Comunidade do Paraíso, no município de Viçosa/MG, contra o fechamento da Escola Municipal Almiro Paraíso, ocorrida entre os anos de 2016 e 2017, revela um processo denso de resistência popular, que envolveu mobilização comunitária, articulação institucional, pressão política e produção de discursos em defesa do direito à educação no campo. A partir de uma proposta pedagógica alternativa elaborada pelos professores e com amplo apoio dos pais, a comunidade mostrou que havia condições para manter as atividades escolares, inclusive com a integração de diferentes turmas em projetos interdisciplinares (sete horas semanais), integrando cultura, esporte e lazer ao processo educativo.

Com 62 alunos matriculados do 1º ao 5º ano, os professores da escola elaboraram uma proposta de organização didática com quatro salas por área do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia, Ciências, Artes e Ensino Religioso. A proposta previa que as aulas de Português e Matemática fossem realizadas por turmas, enquanto as demais disciplinas poderiam ser abordadas de maneira interdisciplinar com outras turmas. Essa proposta mostrava que não havia necessidade de transferir alunos, nem mesmo os do 3º e 5º anos. Ainda, ela foi amplamente aceita pelos pais, que expressaram indignação com a decisão de transferência tomada pela Secretaria Municipal de Educação. Em resposta, elaboraram uma carta de repúdio, lida em sessão da Câmara Municipal, e reforçaram sua disposição de manter os filhos estudando na escola da comunidade (AMAP, ata de 26 de fevereiro de 2016).

A Associação Comunitária do Paraíso desempenhou papel central no enfrentamento da tentativa de fechamento. Por meio do ofício nº 13/2017, enviado à Secretaria Municipal de Educação, formalizou seu repúdio e reafirmou que "a tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social ampla e emancipadora" (Mészáros, 2005). Também tornaram pública uma nota

de repúdio, com forte teor político, contra o esvaziamento das turmas como estratégia disfarçada de fechamento da escola.

Mobilização Comunitária e Articulações Políticas

Os pais, professores e a Associação Comunitária do Paraíso formaram uma frente de resistência à decisão da Secretaria Municipal de Educação de transferir os alunos para escolas urbanas. Mediante cartas públicas, reuniões com vereadores, com o defensor público, com os promotores de Viçosa e com o próprio prefeito, a comunidade mobilizou estratégias de enfrentamento institucional e político. A atuação da Associação foi fundamental para articular essa resistência e documentar a trajetória de luta.

A resistência ganhou forma com reuniões organizadas entre os pais, lideranças comunitárias e representantes da Associação Comunitária do Paraíso. No dia 14 de fevereiro de 2017, uma comissão foi recebida por vereadores na Câmara Municipal, resultando em uma agenda com o prefeito Angelo Chequer na época de tentativa de fechamento. Embora a promessa inicial fosse de manter a escola em funcionamento até o fim do ano letivo para buscar o aumento do número de matrículas, a decisão posterior do executivo foi de manter a transferência das turmas.

Ainda assim, a comunidade persistiu. A escola havia sido recentemente reformada com participação ativa dos moradores e apoio do Rotary Club de Viçosa. Pais e professores questionaram a coerência da decisão de transferência diante do investimento comunitário na melhoria da infraestrutura escolar. Os pais lutavam pela permanência dos filhos na escola do campo, no seu lugar de origem junto à sua comunidade. Assim como defendem teóricos como Caldart, (2013), Santos (2020), Freire, (1992), Garcia, (2020), Silva (2002), Knof (2013), Freire (2008), Gramsci (2002). Arroyo; Caldart; Molina (2004).

Em 2018, a escola foi mantida em funcionamento, sem turmas multisseriadas e com melhorias na infraestrutura. A luta da Comunidade do Paraíso serviu de referência para outras regiões. Santos

(2012) lembra que nos anos de 1990 e 2000, foram criadas várias leis que se destacam na discussão referente à parceria entre a esfera pública e privada, a saber: Lei nº 9.637/98, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais (OS); a Emenda Constitucional nº 19/1998, que dispõe sobre a instituição do princípio da eficiência na Administração Pública; a Lei nº 9.790/99, que dispõe sobre a qualificação como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000); e a Lei nº 11.079/2004, que dispõe sobre a Parceria Público-Privada. Essas leis têm como finalidade a transferência da responsabilidade das políticas públicas do Estado para a sociedade civil organizada ou diretamente para a esfera privada (Lumertz, 2008). A comunidade foi vitoriosa, ainda que a luta pela permanência e qualidade da educação no campo continue.

Em discurso realizado pelo prefeito Angelo Chequer durante reunião com a AMAP, em 18 de setembro de 2017, ele reconheceu o valor da educação do campo e a necessidade de políticas públicas voltadas à permanência das crianças em seu território.

[...] um destaque também, eu não poderia deixar aqui de relatar, mas existe assim a característica totalmente diferente, além do bem rural, é importante mostrar para os alunos que o espaço pertence a eles, né? Mostrar o meio, a importância da agricultura, para o homem, e sim, para a humanidade, mostrar para eles a importância disso, já ensinar para eles até mesmo a questão do cultivo, como que tem que ser feito etc. Iniciar toda essa educação, voltada para eles aí de uma forma diferenciada do meio urbano. Mostrar para eles a importância de cuidar do meio ambiente, se afetar o meio ambiente, o que vai ocorrer? Vai faltar alimento, vai faltar água, a educação é totalmente diferente da escola do meio urbano (AMAP, ata de 18 de setembro de 2017).

O discurso do prefeito evidencia que a luta da comunidade foi determinante para a manutenção da unidade escolar. Ele entendeu

também que há necessidade de uma proposta educacional que esteja alinhada à realidade do campo, reconhecendo a relevância de uma formação que considere o contexto em que esses estudantes estão inseridos.

A lógica da luta coletiva, da escuta comunitária e da formação política dos professores são condições essenciais para a sobrevivência e fortalecimento das escolas do campo. A vitória da comunidade do Paraíso é um exemplo potente de que, quando o povo se organiza, a educação se transforma em ato de resistência e esperança.

Considerações finais

A Vitória da Comunidade e os Desdobramentos

A experiência vivenciada pela comunidade do Paraíso revela importantes lições sobre os processos de resistência protagonizados por grupos historicamente subalternizados na defesa do direito à educação pública. Trata-se de uma luta coletiva que contribuiu para o fortalecimento da organização comunitária local. A articulação com lideranças comunitárias desempenhou papel central na mobilização e no engajamento dos moradores, especialmente no que se refere à permanência da escola na região.

Essa atuação conjunta possibilitou o planejamento participativo de ações, bem como a definição de prioridades e estratégias voltadas ao envolvimento de pais, apoiadores e demais interessados na causa educacional. Como resultado, observou-se a mobilização efetiva de famílias, docentes e demais membros da comunidade, reafirmando o papel da escola como um espaço social e cultural de referência.

A Associação Comunitária foi protagonista nesse processo, reivindicando uma escola pública rural de qualidade, com atenção à sua localização geográfica, de modo a garantir o acesso adequado das crianças ao ambiente escolar.

Apesar da insistência do poder público na transferência, a mobilização coletiva surtiu efeito. O prefeito, em declaração posterior, retrocedeu da decisão e afirmou a necessidade de manter as crianças no campo, valorizando a identidade e cultura rural. Em suas palavras, “o gestor deve ter como última opção o fechamento de uma escola do campo”.

Entre 2018 e 2022, a escola seguiu funcionando com melhorias significativas na infraestrutura e sem adoção de turmas multisserieadas. A comunidade foi vitoriosa, ainda que a luta pela permanência e qualidade da educação no campo continue. O movimento de resistência da comunidade do Paraíso nos faz refletir sobre a importância da organização comunitária, da formação política dos professores e da resistência coletiva como elementos fundamentais para o fortalecimento da educação do campo.

Referências

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALMIRO PARAÍSO. *Ata de reunião ordinária*. 26 de fev. de 2016.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALMIRO PARAÍSO. Ata de reunião extraordinária. 18 de set. de 2017.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 6. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2008.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. Documentos de arquivos históricos escolares: possibilidades para o ensino de história. *Cadernos de Educação*, FaE/PPGE/UFPel Pelotas [31]: 71 - 84, julho/dezembro 2008

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.* Cadernos do cárcere, volume 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro.* 2. ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Economia, 2002.

KNOPF, Jurema de Fátima. A relação entre o MST-PR e o Governo Roberto Requião: análise da política da Escola Itinerante (2003 – 2010). 2013. 155f. *Dissertação* (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital.* São Paulo, SP: Boitempo, 2005. 77 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa.* 3. ed. rev. ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SANTOS, Maria de Fátima. Estratégia não explícita de fechamento da Escola Municipal Almiro Paraíso- Viçosa MG. 2017. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Viçosa, 2017.

SANTOS, Vanessa e GARCIA, Fátima. O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social à materialização das diretrizes neoliberais. V. 1 n. 4. *Dossiê: Educação do Campo: processos formativos no Espírito Santo e no Brasil*, 2020.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento de métodos*. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.